



NEOLIBERALISMO, DEPENDÊNCIA E AGRICULTURA CAPITALISTA EM TRÊS LAGOAS/MS

Amanda Emiliana Santos Baratelli¹

RESUMO

A compreensão do espaço como fenômeno dialético e mutável é imprescindível para o entendimento do movimento de produção em espaços geográficos desiguais. A produção de espaços geográficos desiguais é uma estratégia do sistema capitalista para o seu desenvolvimento, uma vez que determina funções a cada país no circuito produtivo. Desta forma, para exercer as funções determinadas, é preciso que o poder político local seja conivente com o desenvolvimento da acumulação capitalista. No caso do Brasil, sobretudo no que diz respeito à expansão da agricultura capitalista, o Estado permite e age para que o país mantenha a condição de dependência, exercendo função de subsidiar a produção de matérias-primas. É por isso que o objetivo deste artigo é possibilitar uma reflexão sobre a relação do desenvolvimento geográfico desigual com Estado neoliberal, materializado na adoção do modelo de reprimarização econômica na agricultura capitalista, com o caso do município de Três Lagoas/MS, por meio da expansão dos monocultivos de eucalipto.

Palavras-chave: Agricultura capitalista, Dependência, Expansão do eucalipto, Três Lagoas.

ABSTRACT

The understanding of space as a dialectical and changeable phenomenon is essential for understanding the movement of production in unequal geographic spaces. The production of unequal geographic spaces is a strategy of the capitalist system for its development, since it determines the roles of each country in the productive circuit. In this way, to exercise certain functions, it is necessary that the local political power is colluding with the development of capitalist accumulation. In the case of Brazil, especially with regard to the expansion of capitalist agriculture, the State allows and acts so that the country maintains the condition of dependence, exercising the function of subsidizing the production of raw materials. That is why the purpose of this article is to enable a reflection on the relationship of unequal geographic development with the neoliberal state, materialized in the adoption of the economic reprimarization model in capitalist agriculture, in the case of the municipality of Três Lagoas/MS, through expansion of eucalyptus monocultures.

Key Words: Capitalist agriculture, Dependence, Eucalyptus expansion, Três Lagoas.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Geografia – Licenciatura, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS CPTL). Membro do GETT-Bolsista CAPES, e-mail: baratelli46@gmail.com



A ciência geográfica pauta seus estudos em diferentes categorias e conceitos de análises, todavia, as diversas categorias se encontram alicerçadas ao espaço geográfico que, tradicionalmente, foi concebido como imutável. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo e o complexo desenvolvimento geográfico desigual evidenciaram um espaço vivo, mutável, dinâmico e global.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é possibilitar uma reflexão sobre a relação do desenvolvimento geográfico desigual com Estado neoliberal, materializado na adoção do modelo de reprimarização econômica na agricultura capitalista, com o caso do município de Três Lagoas/MS, por meio da expansão do monocultivos de eucalipto.

Do ponto de vista metodológico foram utilizados dados da plataforma IBGE SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), com dados da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura de 2019. Para alcançar o objetivo proposto o artigo foi dividido em três momentos teóricos. O primeiro visa a reflexão sobre a maneira mutável e dialética em que o espaço geográfico é produzido/reproduzido pela sociedade, para possibilitar o debate em questão, foi abordada a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, de David Harveu, e sua relação com as práticas de Globalização.

Em segundo momento, ponderamos a tentativa singela de pensar a acumulação capitalista, sua relação com o modelo neoliberal e seus desdobramentos na América Latina. Por fim, o terceiro momento destacou as relações de dependência presentes na economia política latino-americana e suas implicações na realidade brasileira, sobretudo, na agricultura capitalista, via reprimarização da economia, como no caso de Três Lagoas/MS.

A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS

O desenvolvimento da ciência e o avanço das problemáticas espaciais trouxeram à tona reformulações referentes à compreensão da dinâmica espacial. Neste sentido, Soja (1993), corrobora em seus estudos sobre as diferenças teóricas entre autores estruturalistas que compreendiam o espaço produzido, majoritariamente, pelos conflitos da sociedade de classes, como por exemplo, David Harvey e, os que contrapunham tal afirmação, como Lefebvre, ao substituir as disputas de classes sociais por embates espaciais/territoriais.



Avançando no debate geográfico contemporâneo, se faz necessário compreender a categoria espacial pautada na diversidade e na imutabilidade. Trata-se, então, de analisar o espaço geográfico como produto e condição da reprodução social. Considerando questões de classe, estrutura, cultura local e os sujeitos, todos pactuados no movimento dialético da realidade social.

A discussão acerca da compreensão do espaço em seu movimento dialético expõe diferenças espaciais produzidas por meio de escalas geográficas. Segundo Smith (2002) “La producción de escala geográfica es el principal recurso a través del cual la diferencia geográfica se organiza.” (p. 5).

Nesse sentido, no caminho da concepção teórica dialética e avançando na diversidade espacial para o entendimento das escalas geográficas em totalidade, Smith (2002) define o “giro geográfico” como:

El giro geográfico se dirige hacia la búsqueda de maneras de expresar temas sobre diferencia y diversidad, fragmentación y disociación. Concebido durante mucho tiempo como muerto, fijo e inmóvil, el espacio se está colocando como la metáfora fundamental y al mismo tiempo se está redescubriendo como producido, mutable, como una intrínsecamente compleja expresión de las relaciones sociales. No sólo es la fragilidad y transitoriedad de las relaciones sociales contemporáneas expresa “en” el espacio, la producción del espacio es cada vez más el medio/recurso a través del cual la diferencia social se construye y se reconstruye. (p. 8).

Contribuindo com a discussão sobre a produção de escalas espaciais, Harvey (2012), elucida a importância de pensar a produção escalar por meio de diversos fenômenos sociais, tais como características ecológicas, questões geopolíticas, econômicas, acordos governamentais etc. O autor inclui destaques referentes à possibilidade de a escala condicionar a reprodução da vida, considerando-a, em alguma medida, forma de aprisionamento espacial, sobretudo diante da particularidade construída pela Globalização e sua fluidez territorial na logística espacial. O debate em questão também foi pauta para Massey (2000), que ao analisar “o sentido global do local” evidenciou a “geometria do poder” como forma de problematizar as desigualdades sociais em relação aos diferentes acessos e ao rompimento escalar.

No que diz respeito à teoria de Harvey (2012), dos desenvolvimentos geográficos desiguais, é necessário refletir a produção da diferença geográfica, representada por um mosaico que ilustra as múltiplas culturas e modos de vida e histórias da sociedade em suas atividades humanas, aprofundada na importância do tempo, movimento constante escalar e nas relações sociais de toda ordem.



O movimento epistemológico para a compreensão do desenvolvimento geográfico desigual envolve a fusão da produção de escalas e a produção de diferenças geográficas. Nesta perspectiva os espaços se produzem/reproduzem de formas desiguais, diante disso, rompe-se com a ideia de Globalização como processo de homogeneização dos espaços. Desta forma, para Harvey (2012), “A globalização implica uma aceitação disseminada [...] de certas noções burguesas de lei, de direitos, de liberdade, e mesmo de alegações morais sobre a bondade e a virtude.” (p. 10).

O processo de desenvolvimento da Globalização, em seu caráter econômico e cultural, dissimula suas incalculáveis desigualdades sociais produzidas. Utiliza-se, portanto, a globalização como fábula, nos termos de Santos (2000), através de um viés ideológico global, como, por exemplo, quando diversos países votaram e apoiaram a Universalidade de Direitos Humanos, mas sem renunciar a seus interesses particulares na reprodução do capitalismo.

A construção de forças políticas para envolver-se nesses diálogos no âmbito de alguma estrutura institucional adequada torna-se assim a etapa mediadora crucial para levar a dialética das particularidades e das universalidades a interagir num cenário mundial marcado por desenvolvimentos geográficos desiguais. E a isso se resume presumivelmente “a adequada unificação” de “certos interesses particulares”. (p. 130).

Aliado ao processo de Globalização, principalmente às particularidades de interesses das classes dominantes, o neoliberalismo tem se apresentado como um regime tendencioso à rejeição de direitos sociais, uma vez que, as políticas adotadas por ele, representam a barbárie para manutenção do sistema capitalista e o imperialismo, utilizado estrategicamente para o desenvolvimentos geográficos desiguais.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E NEOLIBERALISMO

Para compreensão dos movimentos escalares da realidade contemporânea, na dimensão das desigualdades geográficas, precisamos ponderar alguns atributos do sistema capitalista vigente. Evidente que, a tarefa em questão, não é simples e, por isso, neste momento, faremos tímidas reflexões, pela ótica de Harvey (2005), sobre a geografia da acumulação capitalista.

Harvey (2005) dedicou-se a compreender obras de Marx, assim, o autor evidencia que a acumulação capitalista ocorre a partir da relação simbiótica entre



produção, distribuição e consumo. A aquisição do lucro só acontece quando o consumo se realiza, segundo ele “O capital - Marx nunca cansa de enfatizar - não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização” (p. 73).

É certo que, para discussão a respeito da teoria da acumulação capitalista, de Marx, um artigo seria pouco, sendo assim, não nos atentaremos a compreendê-la por completo. Utilizaremos, principalmente, a teoria de localização marxista, apontada por Harvey (2005) como chave para o entendimento do desenvolvimento do capitalismo em sua ordem imperialista.

De acordo com Harvey (2005), a teoria de localização de Marx é o fator determinante para entendimento do imperialismo. Marx, em seus escritos, apontou para a necessidade de uma teoria geral sobre o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, e, suas reflexões possibilitaram notarmos a circulação espacial como trunfo para a realização da mercadoria. Os arranjos espaciais para o barateamento da produção, através da matéria-prima, mão-de-obra barata e escoamento da mercadoria, são decisivos para obtenção de maiores taxas de lucros.

Segundo o próprio de Marx, parece que as etapas intermediárias principais abrangem a teoria da localização e análise dos investimentos fixos e imobilizados, e a criação obrigatória da paisagem geográfica para facilitar a acumulação através da produção e da circulação (HARVEY, 2005, p. 73).

Sob essa perspectiva, Harvey (2005), destaca que diversos autores, tais como Lenin, Rosa Luxemburgo, Samir Amin etc., se empenharam na constituição de uma teoria imperialista que compreendesse as relações entre os países hegemônicos e imperiais com os periféricos, tradicionalmente exportadores de matérias-primas e superfícies estratégicas para utilização da mão-de-obra barata e pouco qualificada.

No entanto, o período dos estudos Marxistas destoa da realidade atual, sobretudo, quando se trata do desenvolvimento do transporte. A distribuição territorial do capital conta com recursos tecnológicos que facilitam o trânsito espacial entre diferentes escalas. O momento em questão foi denominado, por Milton Santos (2000), de meio técnico-científico-informacional, a presente Globalização.

Harvey (2005), utiliza ainda as palavras de Marx para evidenciar a relevância da história capitalista em seus desdobramentos posteriores “desse modo, abordar, passo a passo, a forma que esses processos assumem na superfície da sociedade” (p.69).



Para entendimento da Globalização como meio de “trocas” mercadológicas, através da “anulação do espaço pelo tempo”, a fluidez territorial é o marco fundamental. A logística de transportes desenvolveu-se a ponto de atravessar fronteiras e continentes em poucas horas. Além disso, o processo de Globalização impregna no espaço geográfico suas características culturais globais, como por exemplo, os *fast-foods*, coca-cola, marcas internacionais, músicas etc., e suas formas de comunicação, como o uso da *internet*. Como exemplo, em minutos, fenômenos locais alcançam proporções mundiais e tornam-se *trends* no *Twitter* e *Facebook*.

Enfim, mas para que haja fluidez e interesses internacionais em territórios específicos, para o “livre comércio”, o Estado torna-se um agente fundamental, inclusive, intensificando processos de desenvolvimento logísticos, utilizando dinheiro público para isenções em níveis federais, estaduais e municipais para empresas internacionais e nacionais, privatizando rodovias e linhas-férreas para serviços individuais e desenvolvendo os canais de comunicação tecnológicos.

As ações do Estado não ocorrem somente no âmbito das infraestruturas. A dinâmica de desenvolvimento do capital, em pleito da Globalização e na manutenção das hegemonias imperialistas, falseia sua face da barbárie. Para realização das metas econômicas globais, o neoliberalismo surge como motivador para o abandono do Estado-nação.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo surge pós II Guerra Mundial, nos centros capitalistas da Europa e América do Norte, tendo como objetivo central romper com a proposta keynesianista de bem-estar social, em que o Estado era responsável pelas políticas de seguridade social, a fim de intensificar o consumo das massas às mercadorias produzidas por eles mesmos.

Ademais, o modelo econômico pós-guerra desencadeou em profunda crise e recessão, pois nesse período as ideias neoliberais passaram a adquirir maiores interesses. O objetivo dos Estados era garantir estabilidade monetária e, de acordo com Anderson (1995, p. 9), houve “uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego”. A estratégia em questão almejava o enfraquecimento e fragmentação dos movimentos sindicais que cresciam em reivindicações naquele momento.

A aplicabilidade do modelo neoliberal em centros e periferias capitalistas desencadeou uma exacerbação das desigualdades socioeconômicas entre países. Os



centros capitalistas passaram a se desenvolverem mais e alcançarem o patamar imperial, em contrapartida dos países periféricos, sobretudo, os da América Latina.

Na política neoliberal, que visa dinamizar o livre comércio e intensificar as relações entre capitalistas e capitais, a regulamentação do Estado passa a ser minimizada. No entanto, a regulamentação e fiscalização do Estado reduzem para que seu objetivo maior se concentre em tornar-se parceiro de grandes capitais. Neste sentido, a centralidade das ações fica em mãos daqueles que pertencem a classe dominante de suas nações.

Na mesma medida em que alguns Estados perdem o poder de decisões em suas atividades política e econômica, outros adquirem esse espaço e passam a controlar diversos territórios. O Estado, de países “emergentes” passa a ser refém das políticas neoliberais por meio dos bancos internacionais. O empréstimo concedido, com altas taxas de juros, mantém as “rédeas” econômicas dos países e intensificam o projeto neoliberal de abandono estatal para parte da população.

A verdade é que, o neoliberalismo tornou-se a tendência aliada ao capitalismo, sua maneira de implementação demarcou momentos históricos de abandono Estatal e, nitidamente, como formas de coerção do Estado. A experiência inicial na América Latina aconteceu no Chile, por meio de Ditadura Militar de Pinochet. Sobre este quadro, Anderson (1995, p. 9) resume: “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos.” A violência denunciada no filme “A doutrina do choque” relata as formas mais perversas de exploração e tortura para o enriquecimento individual.

Oliveira (2004), destaca a influência do neoliberalismo no processo de amadurecimento econômico da América Latina nas últimas duas décadas. O autor expõe diferentes situações de mazelas sociais que o modelo neoliberal constituiu na AL, principalmente, no que diz respeito às privatizações de recursos e direitos, submissão aos “cabrestos” do FMI (Fundo Monetário Internacional) e manutenção da pobreza estrutural.

Segundo Oliveira (2004), nos países como Brasil e Argentina, aprofundaram-se em sistemáticas crises econômicas e sociais que culminaram em endividamento externo. O endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização Mundial do Comércio (OMC) e Tratado de Livre Comércio (ALCA), são pagos com



significativas receitas, para manutenção dos juros, todavia, o pagamento mais caro, é a perda do controle político-econômico do país. É quase como um ritual de pacto religiosos em que a alma - autonomia - serve como pagamento.

No caso do Brasil, por exemplo, mesmo diante de um governo progressista, como o PT (Partido do Trabalhadores), não foi possível romper com as “amarras” neoliberais. Para governos com essa característica o máximo que pôde ser feito, foram as manutenções da pobreza, por meio do Estado de Exceção.

Impedidos de agir nas políticas de desenvolvimento, resta aos Estados nacionais na América Latina a administração das políticas de funcionalização da pobreza. Trata-se de políticas de exceção, o que transforma os Estados em Estados de Exceção. Marqueteiros inventam nomes como “bolsa-escola”, “bolsa alimentação”, “primeiro-emprego”, “começar de novo”, “Fome Zero” é o mais pretensioso de todos e o mais denunciador do caráter antiuniversal dessas políticas, enquanto as políticas que promoveram a maior redistribuição de renda nos anais do capitalismo nos países centrais, as políticas de Seguridade Social, são anuladas na periferia pelas privatização e pelas “reformas” - novo termo para a pirataria semântica. (OLIVEIRA, 2004, p. 117).

Nesse sentido, o neoliberalismo represa o regime político-econômico responsável por “abrir portas” à Globalização e a sua dinâmica de livre comércio. Ambos são análogos em suas reproduções de desigualdades e na manipulação de diferentes territórios, objetivando fins estratégicos em âmbito do desenvolvimento geográfico desigual. As consequências, então, são que a significativa parte da população em situação de pobreza se alimentam da ideologia impregnada pelo discurso “globalizado”, e suplicam por mesquinhas parcelas de políticas de Exceção de Estados neoliberais.

DEPENDÊNCIA DESEJADA E REPRIMARIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA: O CASO DO EUCALIPTO NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS

Diante da análise feita a partir de Harvey (2012), acerca da produção de escalas diferentes, que contribuem para o desenvolvimento geográfico desigual, conduziremos tal discussão para a perspectiva das relações centro-periferia no contexto do neoliberalismo.

Evidenciando o caráter monopolista de Estados, como, nos casos dos Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Japão, China, entre outros, a estratégia para



manutenção do imperialismo consiste em particionar de maneira oportunista às divisões da produção e do consumo. Denominamos, então, de divisão territorial do capital.

O desenvolvimento histórico dos arranjos espaciais do capitalismo sempre traçou relações de dependência entre centros e periferias. Singer (1998), em seus estudos, destaca três maneiras de dependência. A primeira foi nomeada de “consentida”, pautada na busca pelo desenvolvimento, assim, “a dependência não era sentida nem ressentida como uma forma de subordinação, mas como um estágio pelo qual todos os retardatários tinham de passar.” (p.2). Sua configuração nutria acordos entre classes dos centros e periferias, suprindo as demandas por matéria-prima pelos centros.

A segunda dependência foi caracterizada por Singer (1998), como a tolerada. As Guerras entre potências da Europa, EUA e União Soviética, desencadearam crises na produção de mercadoria industrializada, o que obrigou aos países subdesenvolvidos a intensificação na industrialização interna. O período ficou conhecido, no Brasil, como a substituição de importações.

A alteração na dinâmica da exportação provocou modificações sob a perspectiva dos poderes das oligarquias, como, “a antiga oligarquia agro – ou extrativo-exportadora – expoente da dependência que chamamos de consentida – perdeu a hegemonia.” (SINGER, 1998, p. 4). Houve a constituição da burguesia industrial, apoiada por empresários agrícolas e bancos internos.

Com o fim da II Guerra Mundial, os centros capitalistas se restabeleceram e passaram a retomar a compra de matérias-primas, revitalizando os poderes das oligarquias agrárias. As tecnologias desenvolvidas para a Guerra incorporaram o desenvolvimento na produção dos grandes centros e, as periferias, embora industrializadas, precisaram adquirir as técnicas e tecnologias produtivas dos centros. No entanto, pairava um pensamento nacional de que a dependência agora era provisória.

A nova ideologia desenvolvimentista propugnava a intervenção planejadora do governo para guiar e promover a industrialização. Os rumos do desenvolvimento não seriam dados pelos mercados mas por decisões políticas baseadas em planos de longo prazo para *tornar os países dependentes não mais dependentes mas plenamente industrializados*. (SINGER, 1998, p. 4).

A terceira dependência, ressaltada por Singer (1998), é a desejada. A dependência desejada tem início com a quebra do Estado de bem-estar social em países Europeus e Norte-americanos. A minimização das ações do Estado e o incentivo à privatização intensificou a ação de bancos privados.



O período de queda do petróleo e, em consequência, o agravamento de crises em Estados nacionais, abriu espaço para um inimigo, “oculto”, até o momento. Os bancos privados que, durante a crise do petróleo, multiplicaram seus investimentos e tornaram-se controladores das economias internacionais. O capital financeiro apoderou-se do protagonismo da dinâmica do capitalismo.

Na década anterior [1970], os grandes bancos privados multinacionais tinham aproveitado os vários choques do petróleo para captar, sobretudo no euro-mercado, muitos bilhões de dólares pertencentes aos países exportadores de petróleo, reciclando-os em seguida aos principais países em industrialização. A dependência financeira dos países menos desenvolvidos, até então dos bancos intergovernamentais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano, entre outros, passou a ser da banca multinacional privada. (SINGER, 1998, p. 7).

A dependência desejada passou a ser globalizada, existente em todos os países, sejam centro e periferias - evidente que com consequências diferentes. Isso ocorre porque a proporção que a Globalização tomou protagonizou multinacionais, corporações financeiras e bancos privados, passando a tutela da economia a ser regida por eles. Neste sentido, o Estado neoliberal somente faz a mediação burocrática para as ações dos capitais internacionais em seu território.

A nova dependência do grande capital globalizado é desejada porque vista como um ingrediente indispensável num mundo em que as nações perdem significado econômico e em que impera a liberdade de iniciativa das empresas e dos indivíduos. (SINGER, 1998, p. 9).

Um adendo a discussão acerca do controle da economia feito por grupos de corporações financeiras, vale destacarmos que países como os EUA têm parte significativa na parcela de poder ideológico dos capitais internacionais privados. Neste sentido, as relações hegemônicas são antagônicas. Os Estados Unidos da América impera, organiza e investe nos arranjos espaciais para predominância de sua influência financeira e ideológica.

Considerando a submissão dos países - principalmente os periféricos - as coercivas leis do mercado global, os cabe o empenho para o alcance das preferências globalizadas.

Esses governos *desejam* se submeter aos critérios dos detentores de capitais para merecer as suas preferências. Estes critérios são: manter plena liberdade de movimento para os capitais, assegurar o equilíbrio orçamentário e a estabilidade dos preços, deixar o câmbio flutuar mas dentro de limites pré-fixados, liberar o mercado de trabalho de



restrições à livre contratação e entregar à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, da telefonia ao seguro saúde e ao seguro social. Os governos neoliberais almejam cumprir tais objetivos por convicção e acreditam que merecem a preferência do capital globalizado. (SINGER, 1998, p. 11).

Objetivando oportunizar um debate palpável, dedicaremos-nos a expor as aplicabilidades do modelo neoliberal na agricultura brasileira. Contribuindo com o debate, Veltmeyer e Petras (2014), que denominam de reprimarização da economia (ReprE) a utilização do território para a exploração de recursos naturais, tendência adotada por países cuja instabilidade fiscal (dívidas internas e externas) imperam.

Para Veltmeyer e Petras (2014), a reprimarização da economia surge como alternativa para acordos internacionais entre importadores-exportadores, firmando parcerias que possibilitam estabilidade financeira e crescimento a longo prazo, visto que, os importadores possuem industrialização intensa e os exportadores às condições para produção de matéria-prima em grande escala.

Frente às reflexões sobre o regime neoliberal, feitas anteriormente neste trabalho, podemos caracterizar os acordos entre Estado e capitais como exemplo expressivo de uso das políticas neoliberais. Ao acordar com capitais internacionais e intensificar produções em larga escala, às mazelas sociais tornam-se crescentes, sobretudo, porque o lucro é individualizado e as ações do Estado, no combate à pobreza, são limitadas.

A problemática desta opção econômica tem fragilizado discursos de governos centro-esquerda, denominados por Veltmeyer e Petras (2014), como regimes extrativos de centro-esquerda (RECE). A busca de estabilidade e aumento do PIB (Produto Interno Bruto) - estimado acréscimo de 3% a 8% a partir da adoção da reprimarização -, faz com que o prejuízo social seja minimizado, considerando a prioridade no desenvolvimento econômico em detrimento do social.

Diante disto, um dos setores que mais cresceu, via créditos públicos, foi o do monocultivos de eucalipto. Neste caso, objetiva-se analisar o caso de Três Lagoas/MS, sede de duas das maiores agroindústrias produtoras de celulose de fibra curta branqueada do mundo, Suzano Papel e Celulose e Eldorado Brasil e líder na expansão do monocultivos para suprir a demanda das unidades fabris (PERPETUA, 2012).

A concentração do plantio de eucalipto localiza-se na região Leste do estado, com destaque para os municípios de Três Lagoas, com 263.690 hectares (maior área



municipal plantada do Brasil); seguido de Ribas do Rio Pardo, com 213.931 hectares; Água Clara, com 131.942 hectares; Brasilândia, com 128.600 hectares; e Selvíria, com 87.321, conforme tabela 1.

Tabela 1: MS: Cinco municípios com maior área plantada de eucalipto, em hectares

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MS	65.1088	886.381	921.404	993.807	1.117.740	1.117.935	1.124.969
Três Lagoas	140.000	200.000	217.600	230.000	245.000	263.000	263.690
Ribas do Rio Pardo	140.000	175.000	196.000	205.000	210.000	216.000	213.931
Água Clara	95.000	118.000	120.000	125.000	126.000	128.000	131.942
Brasilândia	55.000	58.000	60.000	96.000	120.000	125.000	128.600
Selvíria	46.000	95.000	74.350	81.500	110.000	88.000	87.321

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org pela autora (2021).

A primeira empresa de produção de celulose territorializada no município teve seu projeto iniciado em 2006, por meio de acordo entre a International Paper/IP e a Votorantim Celulose Papel – junto a fusão com a Aracruz Celulose, originando a FIBRIA Celulose S.A que, em 2018, foi comprada pela empresa Suzano Papel e Celulose. Em 2010, iniciaram-se as obras de outra empresa de celulose no município de Três Lagoas, a Eldorado Brasil, projeto do grupo JBS e da MCL Empreendimentos. Ambas as empresas receberam significativos créditos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Além disso o aparato jurídico serviu também para facilitar a expansão do eucalipto, como, por exemplo, por meio da Resolução SEMAC/MS nº 17 de 20 de Setembro de 2007, que, em seu Artigo 1º dispensa o licenciamento ambiental para atividades de plantio de espécies exóticas. Como “cereja do bolo”, no ano seguinte, foi promulgado Decreto nº 12.528, de 27 de Março de 2008, vinculado ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) do estado que, em seu Artigo 12º, permite a recomposição das reservas legais por meio da utilização de espécies exóticas (KUDLAVICZ, 2011).

Assim, a falácia de que o setor da agricultura capitalista é, atualmente, o mais importante e competitivo do Brasil deve ser revisto. Isto porque, de acordo com os dados citados, o setor em questão só alcança cenário internacional e larga escala produtivas devido aos incentivos fiscais, flexibilizações nas legislações e créditos agrícolas, ou seja, com diversos subsídios dos Estado (KUDLAVICZ, 2011).



A ofensiva neoliberal representa consentir com o “pacote” completo para o aprofundamento da violência local. No Brasil a prática intensificada pela reprimarização da economia foi na agricultura, manifestada, principalmente, pela agricultura capitalista. A expansão do “agronegócio”, com monocultivos em larga escala, implica na reprodução da agricultura camponesa.

El tenaz esfuerzo de los capitalistas extractivos por explotar las materias primas los hace pasar por encima de la actividad económica preexistente. La agricultura local, el cultivo de los alimentos básicos y la crianza de ganado, son devastadas y los productores locales son desplazados, el agua para la irrigación es desviada hacia las minas y plantaciones, y las carreteras y mercado están saturados de transporte pesado. Los químicos tóxicos debilitan la salud de los productores locales. El lanzamiento del capitalismo extractivo se aparea con la alteración de la producción local, con fuertes dislocaciones sociales e incrementos en la marginalidad social. a medida en que crecen las minas en alcance e ingresos, decae la economía doméstica. (VALTMEYER; PETRAS, 2014. p. 24).

No que diz respeito a expansão do monocultivos no Brasil para exportação, as principais culturas destacadas são a soja, milho, cana-de-açúcar e o eucalipto. Referente ao eucalipto, a sua principal exportação está na pasta de fibra branqueada da celulose, utilizada para a produção de papel.

Os monocultivos em questão representam *commodities* agrícolas vendidas e exportadas por meio da Bolsa de Valores, resultando em um montante significativo para o PIB nacional. O setor da agricultura capitalista cresce ideologicamente como o “milagre nacional”, com capacidade “competitiva” em cenário internacional. No entanto, ao analisarmos as receitas de investimento nacionais, constatamos que a agricultura capitalista só é competitiva por conta dos massivos investimentos do Estado. Assim:

Foram estes os argumentos que justificaram um gasto público com o agronegócio da ordem de R\$ 2,3 bilhões somente com securitização de dívidas agrícolas pela União entre 2007 e 2009, com estimativa de gasto anual de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios a partir de então, e de mais R\$ 37,8 bilhões em renúncias fiscais e isenções de impostos, sem contar os R\$ 65 bilhões colocados a disposição do setor como recurso para custeio e investimento na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior. (PERPETUA, 2012, p. 139).

Nessa perspectiva, desnudamos o caráter paternalista do Estado ao setor do agronegócio, principalmente, evidenciamos características de forte presença Estatal em investimento particulares. Baseado na concepção de Estado neoliberal, como pode o Estado ser mínimo à população ser máximo ao capital?



Trata-se de uma concepção esdrúxula de satisfação e inserção ao mercado globalizado. Os esforços nacionais visam inserir o Brasil na lógica competitiva do capitalismo, mesmo que isso custe a vulnerabilidade socioeconômica de maioria da população.

Os interesses Estatais fazem parte de um intenso “flerte” com as políticas globalizadas e regulamentadas pelo neoliberalismo. A perpetuação dessa opção político-econômica resulta em manter-se nos moldes da dependência desejada e legitimar o imperialismo norte-americano – com seus capitais multinacionais – no controle mundial.

Com a passagem do tempo, vão se aperfeiçoando os métodos de exportação das crises. O capital monopolista alcança seu mais alto grau de concentração, e seu domínio internacional dos mercados, dos créditos e dos investimentos torna possível o sistemático e crescente deslocamento das contradições: os subúrbios pagam o preço da prosperidade sem maiores sobressaltos dos centros. (GALEANO, 2017, p. 349).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi possibilitar uma reflexão sobre a produção de escalas geográficas desiguais - centro e periferia -, e a forma como os Estados neoliberais atuam diante da globalização, evidenciando o caráter desigual do modo de produção capitalista e a condição de submissão imposta para países latino-americanos que optam pela alternativa da reprimarização econômica por meio da agricultura capitalista, mediada pelo agronegócio e a expansão do monocultivo de eucalipto em Três Lagoas/MS.

A produção de desigualdades geográficas por meio do movimento de escalas evidenciou um caráter dinâmico e global do capitalismo, aprofundando sua fluidez, tecnologias, poder político, característica imperial e, principalmente, sua essência competitiva e desigual.

Diante da maneira em que o capitalismo desenvolveu-se e os capitais internacionais privados protagonizaram o mercado, sobretudo, no tocante ao capital financeiro, os Estados nacionais passaram a ser minimizados em suas ações. A submissão de países - sejam centros e periferias - à lógica do mercado, demarcou seu poder ideológico e intensificou o abandono Estatal às demandas sociais, tornando-



braço direito das políticas neoliberais por meio de financiamentos em capitais nacionais e internacionais.

Conforme as trilhas do neoliberalismo indicam, os Estados passam a direcionar investimentos de cofres públicos para capitais que aumentem seu status na dinâmica de competição global. Neste caso, o Brasil dentre outros países da América Latina passaram a direcionar suas economias à reprimarização, objetivando acordos em centros capitalistas com intensa industrialização.

Para alcance dos objetivos deste modelo econômico existem uma série de prejuízos sociais, como a ausência do Estado, ou sua minimização, em políticas básicas de manutenção da vida, como a saúde, educação, alimentação, segurança, lazer etc. Além do mais, a escolha da agricultura como forma de reprimarização no Brasil causa devastação de direitos sociais daqueles que vivem no campo e destruição ambiental.

Comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outras, sofrem perdas significativas de seus territórios para a expansão dos monocultivos. Esse processo funde-se entre violência simbólica e física pleiteada pelo Estado e sua corja burguesa. Para além da espoliação dos direitos no campo, as políticas de reforma agrária são diminuídas e burocratizadas.

Os problemas também existem nas cidades. O aglomerado de pessoas sem moradia intensifica a favelização e condições de insalubridade, como a falta de saneamento, serviço de saúde, alimentação etc. O desemprego que assola as metrópoles é representado pela expressiva desigualdade social. O abandono do Estado é visível na quantidade de sem-tetos que vagam pelas ruas em busca dos mínimos vitais.

Para concluir, destacamos que o avanço do neoliberalismo e a intensificação do enriquecimento individual em consonância com as mazelas sociais têm causado desconforto e indignação à parte da população. Dezenas de movimentos sociais se organizam na luta pelos seus direitos. A realidade social e o espaço dialético funcionam de maneira paradoxal, sendo assim, os excluídos e periféricos também produzem o espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry et al. **Balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.



DE OLIVEIRA, Francisco. **Há vias abertas para a América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, n. 3, 2004.

Galeano, Eduardo H., 1940-2015. **As veias abertas da América Latina** / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

Harvey, David. **A produção capitalista do espaço**. David Harvey. - São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, David. **Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 176-185, 2000.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. 2012. 251 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, p. 119-130, 1998.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. **São Paulo: Record**, 2000.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. **Observatorio del Desenrrollo**, México, v. 3, n.9, p.19-26, 2014.